Jornal O DIA SP
Fundado em 5 de abril de 1933
www.jornalodiasp.com.br | QUARTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 2026 | Nº 26.282 | Preço banca: R$ 3,50

Arrecadação federal atinge R$ 294 bi e bate recorde para outubro

A arrecadação das receitas federais somou R$ 293,975 bilhões em outubro deste ano, informou a Receita Federal. O valor representa aumento real de 7,28% em relação ao mesmo mês de 2025 e é o maior já registrado para meses de outubro desde o início da série histórica, em 1995.

De janeiro a outubro, a arrecadação alcançou R$ 2,645 trilhões, com crescimento real de 7% na comparação com igual período do ano passado. Em valores corrigidos pela inflação, o resultado é o maior da série histórica para os dez primeiros meses do ano.

As receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal totalizaram R$ 273,367 bilhões em outubro, com alta real de 5,8%. No acumulado do ano, essas receitas somaram R$ 2,524 trilhões, crescimento real de 6,77%.

Segundo a Receita Federal, o desempenho da arrecadação foi influenciado pelo crescimento da atividade econômica, pelo aumento da massa salarial e por receitas extraordinárias, como pagamentos atípicos de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a cobrança do imposto de exportação sobre petróleo. Página 3

Petrobras prevê investimentos de US$ 122 bilhões entre 2027 e 2031

Página 3

BCs de países de língua portuguesa criam rede de cooperação

Página 5

Black Friday deve ter recorde de vendas mesmo com consumidor pressionado por dívidas

Página 4

Aneel propõe variar preço da energia conforme horário do dia e pode frear expansão de painéis solares

Página 6

Previsão do Tempo

Quarta: Sol e muitas nuvens de manhã. Chuva forte à tarde e à noite.

32º C
20º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,89
Venda: 5,89

Turismo
Compra: 5,94
Venda: 6,12

EURO
Compra: 6,47
Venda: 6,47

Nova ferramenta do Open Finance automatizará repasses entre bancos



Correntistas poderão, em breve, organizar recursos mantidos em diferentes bancos, programar transferências entre contas próprias e automatizar a proteção de saldo com novas aplicações do Open Finance.

A possibilidade começa a ser oferecida pela Iniciador Actions, solução lançada na terça-feira (24) pela companhia Iniciador para acelerar o desenvolvimento de serviços financeiros por bancos e fintechs.

A ferramenta permite integrar a infraestrutura transacional de diferentes instituições. Página 3

Esporte

Nic Giaffone precisa de apenas 11 pontos para conquistar título da Super Truck Elite

A Copa Truck Be8 BeVant chega à grande final da temporada 2026, nos dias 28 e 29 de novembro, em Brasília (DF), com três pilotos ainda na disputa matemática pelo título da Super Truck Elite. Nic Giaffone (VW) entra na última etapa em situação privilegiada: líder com 221 pontos, precisa conquistar apenas 11 dos 45 pontos disponíveis para garantir o campeonato, independentemente dos resultados dos adversários. Ricardo Alvarez (VW), com 186 pontos, e Maurício Arias (MB), com 184, são os únicos que ainda podem impedir sua conquista.

A matemática da decisão considera a pontuação já atualizada com os dois descartes regulamentares. Nic possui 35 pontos de vantagem sobre Alvarez e 37 sobre Arias. Como a última etapa distribuirá até 45 pontos — um pela pole position, 24 pela vitória na primeira corrida e 20 pela vitória na segunda —, os dois perseguidores ainda possuem chances, embora dependam de uma combinação bastante favorável de resultados.

Para Nic, a conta é simples: somando 11 pontos em Brasília, chegará a 232, pontuação que nenhum adversário poderá alcançar. O líder poderá garantir o título até mesmo com um nono lugar na primeira corrida, que vale exatamente 11 pontos, sem precisar pontuar na segunda. Caso marque menos, ainda poderá ser campeão, dependendo do desempenho dos concorrentes.

Ricardo Alvarez precisa de uma etapa praticamente perfeita para conquistar o campeonato. Se vencer as duas corridas e fizer a pole position, somará 45 pontos e chegará a 231. Nesse cenário, Nic não poderá conquistar mais de nove pontos. Alvarez também poderá ser campeão com pontuações menores, desde que consiga recuperar pelo menos 36 pontos em relação ao líder e termine à frente de Maurício Arias.

A situação de Arias é ainda mais desafiadora. Terceiro colocado, o piloto precisa descontar pelo menos 38 pontos de Nic e também superar Alvarez. Caso conquiste todos os 45 pontos disponíveis, chegará a 229, o que exigiria que Giaffone somasse no máximo sete pontos. Além disso, Arias precisará conquistar pelo menos três pontos a mais que Alvarez ao longo do fim de semana para ultrapassá-lo na classificação.

A disputa também coloca em evidência a campanha de Nic Giaffone, que chega à decisão com cinco vitórias, sete pódios e cinco pole positions na temporada. O piloto ampliou sua vantagem ao longo da segunda metade do campeonato e agora depende apenas de um resultado relativamente modesto para confirmar o título. Para Alvarez e Arias, resta a missão de buscar uma combinação excepcional de resultados nas duas corridas que encerrarão a temporada.

Assim, Brasília receberá uma decisão com cenários bastante distintos: Nic pode conquistar o campeonato mesmo sem subir ao pódio, enquanto seus dois adversários precisam de grandes resultados e de um fim de semana complicado para o líder. O novo campeão e os dois que serão promovidos para a classe Pro serão revelados ao vivo na tela da Band a partir das 12h do dia 29.

Estreando na Capital Federal: a Copa Truck Be8 BeVant está prestes a escrever mais um capítulo de sua história. Nos dias 28 e 29 de novembro, a categoria fará sua estreia no Autódromo Internacional de Brasília, palco da última etapa da temporada 2026. A chegada à capital federal encerra uma espera que acompanha a competição desde sua criação, em 2017, e permite à Copa Truck completar sua passagem pelos grandes circuitos tradicionais do automobilismo brasileiro, juntando Brasília a pistas consagradas como Interlagos, Goiânia e Cascavel.

O encontro poderia ter acontecido antes, mas a história do autódromo brasiliense impôs um longo intervalo. Fechado desde 2014 para reformas, o circuito permaneceu mais de uma década sem receber competições, até sua reabertura em novembro de 2025. A Copa Truck chegou a trabalhar com a possibilidade de correr na capital federal naquele ano, mas o andamento das obras impediu a realização da etapa. Agora, com a pista novamente em atividade, a categoria finalmente poderá acelerar em um dos cenários mais emblemáticos do esporte a motor nacional.

Inaugurado em 3 de fevereiro de 1974, o Autódromo de Brasília nasceu em grande estilo, recebendo uma corrida extracampeonato de Fórmula 1, vencida por Emerson Fittipaldi, que naquele mesmo ano conquistaria seu segundo título mundial. A prova reuniu grandes nomes do automobilismo internacional e marcou o início de uma trajetória que transformaria o circuito em palco de importantes competições. Ao longo das décadas, Brasília recebeu categorias como Stock Car, F3 Sul-Americana, F-Renault, Copa Clio, provas de Gran Turismo e o Campeonato Brasileiro de Motovelocidade, consolidando sua posição entre os autódromos mais importantes do país.



Foto/ Duda Bairros

Nic *Giaffone*

A pista que receberá a Copa Truck preserva boa parte das características que a tornaram conhecida, mas apresenta novidades após a reforma. Com 5.384 metros de extensão e 16 curvas, o circuito passou por uma completa renovação do asfalto, melhorias nas áreas de escape e alterações pontuais no traçado. A principal mudança está no setor final, com a introdução de uma chicane antes da reta de largada e chegada, configuração já utilizada pela Stock Car desde a reabertura. Para os caminhões, será um desafio inédito, especialmente pela combinação de trechos de alta velocidade, frenagens fortes e a necessidade de encontrar rapidamente o melhor acerto para uma pista ainda desconhecida pelas equipes.

Além do significado histórico da estreia, Brasília será o cenário da festa de Leandro Totti, que chega à capital federal com o título da Super Truck Pro conquistado antecipadamente. O piloto da Iveco poderá celebrar a conquista na cerimônia encerramento de uma temporada de grande desempenho, enquanto a Super Truck Elite terá sua definição somente na última etapa. Nic Giaffone é o grande favorito, com 221 pontos após os descartes, contra 186 de Ricardo Alvarez e 184 de Maurício Arias. Com 45 pontos ainda disponíveis, incluindo a pole position e as duas corridas, Nick precisa somar apenas 11 para assegurar matematicamente o campeonato, independentemente dos adversários.

As atividades de pista da Copa Truck começam na sexta-feira (27), com os shakedowns das duas divisões e as primeiras sessões de treinos livres. No sábado (28), os caminhões retornam ao circuito para o terceiro treino livre e as classificações, marcadas para começar às 12h30 com a Super Truck Elite. A definição dos grids também contará com o Top Qualifying das duas classes e serão exibidas com exclusividade no YouTube da categoria.

No domingo (29), a programação reserva o horário tradicional das 12h10 para a largada da primeira corrida da Copa Truck, com duração de 25 minutos mais uma volta. A segunda prova terá início às 12h43, com 20 minutos mais uma volta. Entre as duas disputas, será realizada a inversão dinâmica do grid, acrescentando mais um componente estratégico ao encerramento da temporada. A Band, o NSports e o Acelerados se juntam ao canal oficial da Truck na transmissão ao vivo.

Fim de semana de decisões e atrações inéditas: além da Copa Truck, Brasília também será responsável por definir os campeões da NASCAR Brasil Series. A Copa Hyundai HB20 tem a decisão da Platinum Cup, marcada para sábado (28), com duas horas de duração e duas configurações diferentes do circuito durante a mesma prova.

O público também terá uma programação de atrações fora das disputas oficiais, com visitação aos boxes, desfile de pilotos da Copa Truck e da NASCAR Brasil, apresentação dos caminhões da Charada Truck e atividades promocionais. A visitação aos boxes está prevista para domingo, das 9h45 às 10h45, enquanto o desfile de pilotos acontecerá das 10h55 às 11h15. Os ingressos para acompanhar a etapa em Brasília podem ser consultados pelo site oficial de vendas do evento.

São Paulo encerra surto de sarampo após 12 semanas sem novos casos

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) encerrou o surto de sarampo após 12 semanas sem novos casos relacionados às cadeias de transmissão identificadas no território paulista. O último caso confirmado apresentou as manchas vermelhas na pele, chamadas de exantema, em 28 de agosto. Desde então, o Estado manteve o acompanhamento epidemiológico até completar, na última semana, o período estabelecido pelo protocolo de vigilância para o encerramento do surto.

De acordo com o Centro de Vigilância Epidemiológica do Estado de São Paulo "Prof. Alexandre Vranjac" (CVE-SP), foram confirmados 41 casos de sarampo em 2026, sendo 37 na capital, dois em São Bernardo do Campo, um em Guarulhos e um em Santo André. Todos os pacientes se recuperaram da doença.

O encerramento do surto em São Paulo ocorre no mesmo mês em que a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) anunciou, em 17 de novembro, que o Brasil mantém o status de país livre da circulação endêmica do sarampo, reconhecimento recuperado em 2024.

O cenário brasileiro contrasta com o de outros países das Américas. Bolívia, México e Estados Unidos perderam o status de eliminação da doença após registrarem circulação contínua do vírus por 12 meses. De acordo com o CVE-SP, o avanço do sarampo no continente exige atenção permanente dos serviços de saúde, tanto pelo risco de novos casos importados quanto pela possibilidade de transmissão local.


Foto/Governo de SP

Mesmo com o fim do surto, o CVE-SP mantém as ações de vigilância em todo o território paulista, que incluem a investigação de casos suspeitos notificados pelos serviços de saúde, a busca ativa de pacientes, a identificação e o acompanhamento de pessoas que tiveram contato com casos confirmados, além da realização de análises laboratoriais pelo Instituto Adolfo Lutz (IAL).

"O encerramento do surto demonstra a capacidade de resposta da vigilância em saúde de São Paulo. A atuação integrada do Estado com os municípios permitiu identificar os casos, monitorar os contatos e interromper a circulação do vírus nas cadeias identificadas. Diante do avanço do sarampo em outros países, nosso desafio é evitar que novos casos importados deem origem a outras cadeias de transmissão. Para isso, é fundamental manter a vigilância e ampliar a adesão à vacinação", afirma Tatiana Lang D'Agostini, diretora do CVE-SP.

A primeira cadeia de transmissão identificada neste ano, entre março e abril, foi associada a dois casos importados e encerrada após 12 semanas de acompanhamento, sem registro de novas infecções vinculadas a essas ocorrências. As cadeias identificadas nos meses de junho, julho e agosto também cumpriram os critérios epidemiológicos para encerramento.

A investigação dos casos confirmados conta ainda com o sequenciamento genético do vírus pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), laboratório nacional de referência para o sarampo. O recurso permite analisar as características genéticas do vírus e, em conjunto com o histórico de exposição dos pacientes, identificar possíveis vínculos entre as ocorrências.

O sarampo é uma doença altamente contagiosa, transmitida pelo ar, por meio de partículas liberadas quando uma pessoa infectada tosse, espirra, fala ou respira. O período de transmissão pode começar até seis dias antes do surgimento do exantema e se estender por quatro dias após o aparecimento das manchas na pele, inclusive quando o paciente ainda não tem o diagnóstico da doença. Por isso, a identificação precoce dos casos suspeitos é fundamental para a adoção de medidas de controle, como o bloqueio vacinal.

São Paulo ampliou a cobertura vacinal contra o sarampo ao longo de 2026. O índice da primeira dose passou de 86,56%, em abril, para 96,90%, em setembro, superando a meta de 95% preconizada pelo Ministério da Saúde. No mesmo período, a cobertura da segunda dose avançou de 72,72% para 84,85%.

Apesar do crescimento dos indicadores, a cobertura da segunda dose ainda está abaixo da meta. A atualização da caderneta de vacinação e o cumprimento do esquema vacinal são fundamentais para reduzir o número de pessoas suscetíveis à doença e prevenir novos surtos.

A vacina tríplice viral, que protege contra sarampo, caxumba e rubéola, está disponível gratuitamente nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) dos 645 municípios paulistas.

O portal Vacina 100 Dúvidas, do Governo de São Paulo, reúne informações sobre a segurança e a eficácia dos imunizantes, o calendário vacinal e a prevenção de doenças. A população pode consultar o conteúdo em www.vacina100duvidas.sp.gov.br. (Governo de SP)

CESAR NETO



www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Uma coisa é o vereador João Jorge (MDB) já ser o virtual eleito presidente da mesa diretora pra 2027. Outra coisa é o coração de um cristão imitar o Caráter de DEUS e as Éticas / Justiças do Cristo Jesus

.

PREFEITURA (São Paulo)
Uma coisa é o prefeito Ricardo Nunes (MDB) indicar e bancar seu sucessor em 2028. Outra coisa é o coração de um cristão imitar o Caráter de DEUS e as Éticas / Justiças do Cristo Jesus

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Uma coisa será um deputado estadual que pode ser eleito à presidência da mesa diretora em 2027. Outra é o coração de um cristão imitar o Caráter de DEUS e as Éticas / Justiças do Cristo Jesus

.

GOVERNO (São Paulo)
Uma coisa é o governador Tarcísio (Republicanos) indicar seu sucessor e disputar a Presidência em 2030. Outra coisa é o coração de um cristão imitar o Caráter de DEUS e as Éticas / Justiças do Cristo Jesus

.

CONGRESSO (Brasil)
Uma coisa são os deputados(as) e senadores(as) negociar seus votos com governos mundanos. Outra coisa é o coração de cristãos e cristãs imitarem o Caráter de DEUS e as Éticas / Justiças do Cristo Jesus

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Uma coisa é o reeleito presidente Lula (dono do PT) negociar qualquer coisa com congressistas, por mais 4 anos. Outra coisa é o coração de um cristão imitar o Caráter de DEUS e as Éticas / Justiças do Cristo Jesus

.

HISTÓRIAS
Lançado o livro [póstumo] sobre o diário do papa Bergoglio, destaque pra afirmação de ter visto o diabo por 3 vezes. O que não fica claro é se foi "em forma de gente", uma vez que o adversário tem este poder ...

.

ANO 34
O jornalista **Cesar Neto** usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... **X @cesarnetoreal**

cesar@jornalistacesarneto.com

Governo apresenta crédito emergencial de R$ 2 milhões e amplia diálogo com produtores rurais de Mogi das Cruzes

O Governo de São Paulo reuniu-se na segunda-feira (23), em Mogi das Cruzes, com representantes do setor produtivo para apresentar as condições de acesso à linha de crédito emergencial de R$ 2 milhões destinada aos agricultores afetados pelas fortes chuvas e discutir novas iniciativas para fortalecer a produção rural do município.

A agenda contou com uma reunião institucional entre o secretário estadual de Agricultura e Abastecimento, Geraldo Melo Filho, e a prefeita Mara Bertaiolli, seguida de um encontro no auditório da Prefeitura com representantes de cooperativas, associações de produtores e entidades ligadas ao setor agropecuário.

Durante o encontro, foram apresentados os procedimentos para acesso aos recursos disponibilizados pelo Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), em atendimento à solicitação da administração municipal após os prejuízos provocados pelas chuvas e pela queda de granizo na região, ocorridos em setembro de 2026.

Lançada em outubro deste ano, a linha emergencial prevê financiamentos de até R$ 30 mil por produtor, com juros de 3% ao ano, prazo de pagamento de até


Foto/Divulgação/Governo de SP

60 meses e carência de até 12 meses. A previsão é de atendimento a até 60 agricultores, mediante análise das solicitações pelo FEAP. Os recursos poderão ser utilizados na recuperação das atividades produtivas, incluindo aquisição de insumos, reposição de equipamentos e reparos nas propriedades.

Além do apoio emergencial, a agenda buscou ampliar a cooperação entre o Governo do Estado e a Prefeitura em outras frentes para o desenvolvimento rural, como assistência técnica, melhorias nas estradas rurais, mecanização agrícola e ampliação do acesso dos produtores às políticas públicas estaduais.

"Estamos em um momento em que temos uma linha de crédito especial para atender os produtores que perderam sua produção, mas essa é também uma oportunidade para ouvi-los e entender de que forma podemos ajudar ainda mais. E a maneira correta de fazer isso é ouvindo o município, ouvindo os produtores e buscando soluções em conjunto", destacou o secretário Geraldo Melo Filho.

A prefeita Mara Bertaiolli ressaltou a importância do apoio estadual para a recuperação dos produtores e a construção de novas parcerias. "Temos famílias que trabalham na zona rural há gerações e ajudam a abastecer não apenas nossa cidade, mas também o Estado de São Paulo. Saber que podemos contar com o Governo do Estado e com a Secretaria de Agricultura, não só nas vitórias, mas também nas dificuldades, faz uma diferença muito grande. Queremos fortalecer essa parceria para levar mais desenvolvimento, segurança nas estradas rurais e melhores condições aos nossos produtores", afirmou.

Integrante do Cinturão Verde paulista, Mogi das Cruzes reúne aproximadamente 2.200 produtores rurais e desempenha papel de relevância no abastecimento alimentar da capital e de outros municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Também participaram da agenda o secretário municipal de Agricultura e Segurança Alimentar, Renato Abdo; João Paulo Nikolaus, diretor da CATI Regional de Mogi das Cruzes; Julio Toshio Nagase, representante da Defesa Agropecuária; Fábio Dan, presidente do Sindicato Rural de Mogi das Cruzes; e Marco Aurélio Rosas, gerente regional do Sebrae Alto Tietê.

O encontro reuniu ainda representantes da Fatec, de cooperativas e associações agrícolas, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes. (Governo de SP)

Turismo paulista ultrapassa 1 milhão de empregos formais e registra crescimento no número de empresas

O turismo paulista encerrou o terceiro trimestre de 2026 com resultados positivos na geração de empregos formais e na abertura de empresas. De acordo com o balanço trimestral divulgado pelo Centro de Inteligência da Economia do Turismo (CIET), da Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (SeturSP), o setor alcançou a marca histórica de 1.004.586 postos de trabalho com carteira assinada, superando pela primeira vez a marca de 1 milhão de trabalhadores.

O número representa um crescimento de 3,5% em relação ao mesmo período de 2025, quando o estado contabilizava 970.440 empregos formais diretos. Somente no terceiro trimestre deste ano, foram criados 9.531 novos postos de trabalho no setor.

O resultado reforça a importância do turismo para a economia paulista e sua capacidade de movimentar diferentes atividades, gerar oportunidades profissionais e contribuir para o desenvolvimento econômico dos municípios.

O levantamento do CIET também aponta expansão no número


Foto/Divulgação/Governo de São Paulo

de estabelecimentos com atividades características do turismo no estado. Em setembro de 2026, São Paulo chegou a 354.547 empresas ativas no setor, um crescimento de 2,8% na comparação com as 345.031 registradas no mesmo período do ano anterior.

Outro destaque foi o saldo positivo de 2.856 novas empresas abertas durante o terceiro trimestre. O desempenho indica a continuidade da expansão do ambiente de negócios relacionado ao turismo paulista, que reúne atividades de diferentes segmentos da cadeia produtiva.

Os dados fazem parte do Balanço Trimestral do Turismo Paulista, elaborado pelo CIET a partir do acompanhamento de indicadores econômicos e de desempenho do setor. Para o levantamento, foram utilizadas informações do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, e da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp). (Governo de SP)

A PALAVRA - "Ó Senhor Deus, tu és a minha segurança; nunca deixes que eu sofra a vergonha da derrota. Ajuda-me e livra-me, pois tu és justo ouve-me e salva-me" **SALMOS 71.1-2**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 97144-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Agências de notícias
Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Arrecadação federal atinge R$ 294 bi e bate recorde para outubro

A arrecadação das receitas federais somou R$ 293,975 bilhões em outubro deste ano, informou a Receita Federal. O valor representa aumento real de 7,28% em relação ao mesmo mês de 2025 e é o maior já registrado para meses de outubro desde o início da série histórica, em 1995.

De janeiro a outubro, a arrecadação alcançou R$ 2,645 trilhões, com crescimento real de 7% na comparação com igual período do ano passado. Em valores corrigidos pela inflação, o resultado é o maior da série histórica para os dez primeiros meses do ano.

As receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal totalizaram R$ 273,367 bilhões em outubro, com alta real de 5,8%. No acumulado do ano, essas receitas somaram R$ 2,524 trilhões, crescimento real de 6,77%.

Economia, salários e receitas extraordinárias

Segundo a Receita Federal, o desempenho da arrecadação foi influenciado pelo crescimento da atividade econômica, pelo aumento da massa salarial e por receitas extraordinárias, como pagamentos atípicos de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a cobrança do imposto de exportação sobre petróleo.

Em outubro, eventos considerados atípicos renderam R$ 5,91 bilhões aos cofres federais. Desse total, R$ 3 bilhões vieram de pagamentos extraordinários de IRPJ e CSLL, enquanto R$ 2,91 bilhões tiveram origem na cobrança do imposto de exportação sobre petróleo bruto.

Entre os principais destaques do mês, a arrecadação de IRPJ e CSLL somou R$ 71,75 bilhões, com alta real de 8,23% em relação a outubro de 2025. As receitas previdenciárias cresceram 4,13%, para R$ 63,61 bilhões. Já a arrecadação sobre importações avançou 20,05%, alcançando R$ 13,68 bilhões.

No acumulado do ano, as receitas extraordinárias somaram R$ 29,8 bilhões. Desse total, R$ 15,8 bilhões vieram do imposto de exportação sobre petróleo e R$ 14 bilhões de recolhimentos atípicos de IRPJ e CSLL.

Setores

Entre os setores econômicos com maior crescimento de arrecadação no acumulado do ano, a Receita destacou a extração de petróleo e gás natural, os serviços de informação, as atividades auxiliares do sistema financeiro, a fabricação de veículos e a exploração de jogos de azar e apostas.

No caso das apostas, a arrecadação do setor chegou a R$ 12,1 bilhões nos dez primeiros meses do ano, ante R$ 8,3 bilhões registrados no mesmo período de 2025. (Agência Brasil)

Petrobras prevê investimentos de US$ 122 bilhões entre 2027 e 2031



Foto: Tânia Rêgo - ABr

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou o plano de negócios da estatal para o período de 2027 a 2031 (PN 2027-31), com investimentos totais previstos de US$ 122 bilhões. Desse montante, US$ 113 bilhões são destinados a projetos da Carteira em Implantação e US$ 9 bilhões, da Carteira em Avaliação, composta por oportunidades com menor grau de maturidade.

"Esse é um plano construído com ambição e que será conduzido com responsabilidade. Isso significa disciplina de capital e rigor em cada decisão. Vamos investir em projetos que mantêm retorno positivo mesmo nos cenários mais desafiadores, todos sustentados por uma sólida governança de aprovação", destacou a presidente da Petrobras, disse Magda Chambriard, ao falar sobre o Plano de Negócios 2027-2031 (PN 2027-31), aprovado nessa segunda-feira (23). .

A companhia reafirmou a ambição de manter posição de destaque no fornecimento de energia ao Brasil até 2050, expandindo simultaneamente a oferta de combustíveis fósseis e renováveis. Para viabilizar essa estratégia, a carteira de investimentos da estatal combinará crescimento e diversificação com disciplina de capital, manutenção da trajetória de desalavancagem e geração de valor aos acionistas e à sociedade.

A produção de óleo e líquido de gás natural (LGN) prevista alcança o nível de 2,9 milhões de barris por dia (bpd) no horizonte do PN 2027-31, além da oferta crescente de gás natural. O incremento na média diária ao longo do quinquênio é de 200 mil a 300 mil bpd em relação ao plano anterior, "levando a Petrobras a um patamar de produção sem precedentes na história da companhia".

A produção comercial de óleo e gás deve chegar a 3,1 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed) em 2027, passando para um patamar de 3,2 milhões de boed de 2028 a 2031.

A Petrobras estima destinar US$ 10 bilhões para atividades exploratórias no quinquênio, alinhadas aos desafios de reposição de reservas. Está incluída neste investimento a perfuração de cerca de 50 poços em áreas da Margem Equatorial, das margens Sul e Sudeste e demais bacias no Brasil e no exterior. (Agência Brasil)

Nova ferramenta do Open Finance automatizará repasses entre bancos

Correntistas poderão, em breve, organizar recursos mantidos em diferentes bancos, programar transferências entre contas próprias e automatizar a proteção de saldo com novas aplicações do Open Finance.

A possibilidade começa a ser oferecida pela Iniciador Actions, solução lançada na terça-feira (24) pela companhia Iniciador para acelerar o desenvolvimento de serviços financeiros por bancos e fintechs.

A ferramenta permite integrar a infraestrutura transacional de diferentes instituições e criar experiências financeiras personalizadas, inclusive com o apoio de assistentes de inteligência artificial (IA). A proposta é reduzir a complexidade tecnológica para transformar funcionalidades do Open Finance em serviços práticos para os consumidores.

Fundada em 2021, a empresa Iniciador é autorizada pelo Banco Central como Iniciador de Transação de Pagamento (ITP), oferecendo infraestrutura para serviços financeiros digitais. Uma das idealizadoras do Open Finance, a companhia é uma das fundadoras da Associação dos Iniciadores de Transação de Pagamentos, entidade que representa os ITPs e participa de reuniões periódicas com o Banco Central.

Integração entre bancos

O Iniciador Actions permite que instituições financeiras desenvolvam aplicações capazes de movimentar recursos entre contas de mesma titularidade, conforme regras previamente autorizadas pelo cliente.

Entre as funcionalidades possíveis estão: Transferências recorrentes entre contas próprias; Reposição automática de saldo quando uma conta fica abaixo do limite definido; Proteção contra uso do cheque especial, com recursos disponíveis em outra instituição; Concentração de valores dispersos em contas diferentes; Arredondamento de compras para destinar pequenas quantias a reservas financeiras.

As operações são realizadas por Pix, diretamente entre as instituições financeiras. O Iniciador não mantém a custódia dos recursos.

Desenvolvimento com IA

A solução também permite que bancos e fintechs usem assistentes de inteligência artificial para estruturar novas aplicações com base nas funcionalidades disponíveis no Open Finance.

Segundo Gustavo Bresler, cofundador e diretor de produto (CPO) do Iniciador, o objetivo é reduzir o tempo e o esforço necessários para lançar novos serviços.

"Já são quase 290 milhões de contas conectadas ao Open Finance, contra 22 milhões em 2022. A infraestrutura existe. Agora precisamos inovar mais rápido e transformar esse potencial em serviços que facilitem a vida das pessoas", afirma.

Bresler destaca que a complexidade tecnológica ainda limita a criação de novas experiências financeiras e defende a utilização de assistentes de IA para ampliar o aproveitamento da infraestrutura.

Atualmente, um banco tradicional leva de seis meses a um ano para desenvolver um novo serviço no Open Finance. A nova ferramenta promete criar o mesmo tipo de produto em uma tarde.

De acordo com Bresler, o intervalo é reduzido porque o Iniciador Actions elimina a necessidade de as instituições financeiras reconstruírem a estrutura tecnológica a cada nova aplicação. A criação não depende mais da fila interna dos departamentos de Tecnologia da Informação e reduz a necessidade de testes.

Segurança do consumidor

As automações dependem de autorização prévia do cliente, realizada no aplicativo do banco onde os recursos estão depositados. As movimentações automáticas ficam restritas a contas de mesma titularidade.

O consumidor também pode cancelar a autorização quando quiser. Caso uma operação envolva transferência para terceiros, é necessária validação específica por biometria no dispositivo do usuário.

Open Finance em expansão

O lançamento ocorre em um momento de expansão do Open Finance brasileiro, que reúne quase 290 milhões de contas conectadas.

A infraestrutura permite que consumidores compartilhem dados financeiros entre instituições e utilizem serviços de diferentes bancos a partir de uma experiência mais integrada.

Lançado em 2021, o Open Finance substituiu o Open Banking. Esse modelo permite o compartilhamento de dados entre instituições financeiras, com o consentimento do correntista e a manutenção de padrões de segurança regulados pelo Banco Central.

Iniciador de Pagamento

O Iniciador de Transação de Pagamento é uma instituição autorizada pelo Banco Central que permite ao cliente iniciar uma operação financeira, como uma transferência ou um Pix, a partir de uma plataforma diferente daquela em que mantém sua conta. Com a autorização do usuário, o iniciador transmite a ordem de pagamento à instituição onde o dinheiro está depositado.

O serviço não exige que o cliente transfira recursos previamente para uma carteira intermediária: o valor sai diretamente da conta de origem e segue para o destino indicado. O ITP também não mantém a custódia do dinheiro nem movimenta a conta sem o consentimento do titular. (Agência Brasil)

Credores da Braskem poderão virar sócios, aceitar desconto ou receber título para 2060

Os credores da Braskem poderão escolher entre virar acionistas da petroquímica, aceitar um desconto de 30% sobre o que têm a receber ou trocar seus créditos por um título que só vence em 2060, segundo o acordo de reestruturação da dívida da companhia.

Os termos do acordo foram divulgados na madrugada da terça-feira (24), em fato relevante que confirmou a conclusão de meses de negociações para tentar evitar a recuperação judicial da petroquímica.

Na segunda (23), fontes ligadas às negociações já haviam confirmado o acordo, que prevê aporte de US$ 1,3 bilhão (cerca de R$ 7,5 bilhões) da Petrobras e a conversão de dívidas de US$ 3,6 bilhões em ações. A estatal divide o controle da empresa com o fundo Shine 1, gerido pela IG4.

"Essa é, neste momento, a única alternativa para atingir uma solução consensual e estruturante para a reestruturação do Grupo Braskem por meio de uma recuperação extrajudicial, em atenção ao melhor interesse das devedoras, de seus credores e de todos os demais stakeholders", afirmou a empresa na petição submetida ao juízo da recuperação.

Em nota distribuída pela assessoria de imprensa, o comitê diretor do grupo que representa os detentores de títulos de dívida da empresa emitidos no exterior (bondholders) agradeceu os acionistas da Braskem pelo envolvimento na costura do acordo.

"O substancial compromisso de aporte de capital assumido por eles é um dos pilares do acordo de princípios, e o Comitê Diretor compartilha de seu compromisso de posicionar a Braskem para o sucesso no longo prazo", diz a nota.

Os bondholders propunham um aporte de capital de US$ 1,5 bilhão da Petrobras e US$ 2,5 bilhões via conversão de dívida.

O plano acordado propõe três alternativas para credores.

Na opção A, parte da dívida é obrigatoriamente convertida em participação acionária de até US$ 3,6 bilhões (o valor só será atingido se não houver adesões às demais formas de pagamento). Os créditos restantes são trocados por nova dívida garantida, sem amortizações ou vencimentos antes de 2031.

Credores que escolherem a Opção B aceitam haircut de 30% e recebem nova dívida garantida equivalente a 70% do crédito, com as mesmas condições de pagamento dos créditos da opção A.

Já a opção C, adotada para quem não fizer escolha, consiste na troca da dívida por títulos com vencimento em 2060 e juros de 1% ao ano.

As garantias da nova dívida abrangem ativos e ações no Brasil e no exterior, e haverá varredura anual de caixa, para direcionar o que exceder de US$ 1,5 bilhão (cerca de R$ 8,9 bilhões) ao cumprimento do plano de reestruturação.

Também está incluída oferta de US$ 2,25 bilhões (próximo de R$ 13,3 bilhões) em novas ações ao mercado, com garantia de compra de US$ 1,3 bilhão (R$ 7,7 bilhões hoje) pelos acionistas principais (Petrobras e FIP Shine 1) ou terceiros.

O plano dá também aos credores poder de veto sobre os investimentos estratégicos da empresa, incluindo o projeto Transforma Rio, que prevê a expansão do polo gás-químico do Rio de Janeiro com uso de gás natural do pré-sal.

Investimentos acima de um valor ainda a ser definido dependerão do aval de credores que representem pelo menos 50% da nova dívida da companhia. Eles terão também juros mais altos, garantias sobre ativos e controle sobre o uso do caixa.

Minutos após a manifestação da Braskem no processo, credores financeiros se posicionaram a favor da dilação do prazo pela Justiça. Os bancos BNP Paribas, Mizuho Bank, Standard Chartered, Sumitomo Mitsui, Deutsche Bank e Citibank se manifestaram junto das gestoras Altai Gate, do fundo Strategic Value Capital Solutions 2 e da ING Capital, divisão de mercado de capitais do banco holandês ING.

Em outra petição, o banco Santander também apresentou concordância com os 20 dias a mais de negociação. A instituição ressaltou, no entanto, que o apoio à extensão do prazo não implica aprovação antecipada do plano de recuperação extrajudicial da Braskem.

"Eventual adesão ao plano permanecerá condicionada à análise de sua versão final e à obtenção das aprovações necessárias nas instâncias internas de governança do Banco Santander", diz um trecho do documento protocolado pelo escritório de advocacia TWK advogados.

No fato relevante divulgado nesta terça, a Braskem afirma que a efetivação do acordo dependerá da negociação e assinatura dos instrumentos definitivos, das aprovações de governança aplicáveis e da homologação judicial do plano atualizado.

Segundo a empresa, os princípios acordados não constituem contrato preliminar e não são vinculantes para a Braskem, demais devedoras, acionistas principais ou credores financeiros. (Folhapress)

Governo publica regras para jornadas especiais até a próxima semana

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse que o governo publicará na próxima semana as portarias que vão regulamentar as jornadas especiais após a promulgação da emenda constitucional que reduziu a jornada semanal de trabalho e instituiu a escala de cinco dias de trabalho por dois de descanso (5x2).

As declarações foram feitas na terça-feira (24) durante o programa Bom Dia, Ministro, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Segundo o ministro, as normas estão sendo discutidas com representantes de trabalhadores e empregadores para contemplar categorias com características específicas, como telemarketing, marítimos, trabalhadores embarcados e transportadores de longa distância.

"Essas portarias estão no forno, sendo finalizadas. Ainda nesta semana, ou, no mais tardar, na próxima, devemos publicá-las", disse o ministro referindo-se às portarias voltadas às jornadas especiais.

Acordos coletivos

Marinho também recomendou que sindicatos e empresas acelerem as negociações coletivas para definir a distribuição das folgas previstas na nova regra.

"Recomendo que empresários e trabalhadores corram para fechar os acordos até o dia 16 [de dezembro]. Esse é o cenário ideal", afirmou.

De acordo com o ministro, os acordos coletivos poderão disciplinar a distribuição das oito ou nove folgas mensais. Sem negociação, valerá diretamente a escala 5x2 prevista na Constituição, com folgas no fim de semana.

Produtividade

Ao defender a redução da jornada, Marinho reiterou o argumento de que a medida é compensada pelo aumento da produtividade, proporcionado pelos avanços tecnológicos nas últimas décadas.

"Essa redução vem na esteira da evolução tecnológica e do aumento da produtividade", disse ele, acrescentando que as empresas têm produzido cada vez mais, mesmo quando empregam menos trabalhadores.

O ministro minimizou as críticas de parte do setor empresarial à mudança. "O chororô sempre existe. É normal. Sempre aconteceu. Em todos os momentos de conquista da classe trabalhadora, o setor econômico reclama".

Fiscalização

Marinho lembrou que o cumprimento das novas regras será acompanhado pela Inspeção do Trabalho. Segundo ele, a atuação dos auditores deverá observar o cumprimento da jornada e das regras estabelecidas pela emenda constitucional, especialmente nos setores que não firmarem acordos coletivos.

A fiscalização poderá atuar a partir de denúncias e procedimentos de inspeção do trabalho. Em caso de irregularidades, as empresas poderão ser autuadas e, conforme a situação apurada, poderão ser encaminhados ao Ministério Público do Trabalho (MPT).

Ministros vão levar a Lula proposta de PEC para conter gastos obrigatórios

Black Friday deve ter recorde de vendas mesmo com consumidor pressionado por dívidas

Mesmo com um cenário de inadimplência recorde e alta taxa de juros, o consumo do brasileiro na Black Friday deve continuar forte e impulsionar as vendas a um patamar que não era registrado há 12 anos, segundo projeção da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) com base em dados do IBGE.

A expectativa da entidade é de que a data movimente R$ 11,51 bilhões no país, maior volume de vendas para uma Black Friday desde 2014. A alta em relação ao ano passado, porém, é esperada em tímidos 1,8%.

No ecommerce, principal canal para a data, as projeções são mais otimistas e apontam para um possível recorde. A Abiacom (Associação Brasileira de Inteligência Artificial e Ecommerce) estima R$ 17 bilhões em vendas digitais durante a semana da Black Friday, até 27 de novembro, um avanço de 24% na comparação anual. A Neotrust espera R$ 13 bilhões durante o final de semana, 21% a mais do que em 2025.

As estimativas coexistem com um consumidor pressionado, endividado e mais seletivo. Segundo a CNC, 81,6% das famílias brasileiras tinham algum tipo de endividamento em outubro de 2026 e quase um terço (29,3%) estava inadimplente (que não pagou a dívida no prazo de vencimento).

A aparente contradição é explicada pelo mote que consagrou a Black Friday no país: importada do Dia de Ação de Graças dos Estados Unidos, a data ganhou um espaço cativo no calendário do varejo justamente por permitir que o brasileiro se programe para comprar itens com desconto.

No ano passado, por exemplo, o consumidor já estava pressionado por dívidas. Apesar disso, a data movimentou R$ 11,31 bilhões, maior volume também desde 2014, de acordo com a CNC.

"O brasileiro entende como uma oportunidade para comprar aquilo que já quer há um tempo e em um momento em que ele está contando com dinheiro extra, seja pelo 13º salário, seja por um emprego temporário, comum no final do ano", afirma André Braz, economista e coordenador de índices de preços do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

"Mas essa história não termina boa para todo mundo", diz. O risco é de o consumidor deixar de fazer parte dos 81% das famílias que têm algum tipo de endividamento –as parcelas no cartão de crédito são uma forma de dívida– e migrar para terço que se declara incapaz de pagar seus compromissos.

O desafio, para o varejo, é conseguir equilibrar a balança. De um lado, oferecer promoções para atrair o cliente e fisgá-lo com condições de crédito atraentes para garantir a conversão do desejo em compra. De outro, preservar margens para enfrentar o cenário macroeconômico, que ganha contornos mais desafiadores a partir de 2027.

"As empresas não estão fazendo movimentos muito agressivos. Claro, teremos promoções, e quem tem mais caixa consegue oferecer descontos mais atraentes, mas o setor é atravessado por uma série de desafios que vão além da Selic em 13,75% ao ano", diz Vinícius Strano, analista de varejo do UBS BB.

O esforço, segundo ele, tem sido de preservar margens diante da transição da escala 6x1 para a 5x2, da incerteza quanto à duração do subsídio ao diesel e do aumento da carga tributária por uma alíquota de CBS maior do que o esperado.

Soma-se a isso a volatilidade do câmbio e dos juros futuros, que respondem, principalmente, à cena fiscal do país e que afetam alocação de capital. A Lojas Renner, por exemplo, parou de divulgar projeções de receita até 2030.

"Tem redução de jornada, tem imposto maior, tem inflação aumentando o preço na cadeia inteira. O varejista pode escolher não repassar para o consumidor e tentar preservar volume de vendas, ou pode aumentar o preço dos produtos para não se apertar e correr o risco de perder vendas. Essa é a equação que todo varejista está fazendo, é a elasticidade do negócio."

Algumas empresas estão mais bem posicionadas do que outras, afirma Strano. No caso de plataformas internacionais, como Shopee, Shein e TikTok Shop, o financiamento não necessariamente está no Brasil, então elas conseguem praticar descontos mais agressivos. Com o fim da taxa das blusinhas (como ficou conhecido o imposto de importação de encomendas de até US$ 50), o benefício é duplo –o que atrai consumidores mais sensíveis a preço e penaliza marketplaces locais.

Em outubro, por exemplo, R$ 2,7 bilhões em encomendas internacionais foram declarados no país, um aumento de 59% em relação a um ano atrás, quando o imposto de 20% sobre compras de até US$ 50 em plataformas estrangeiras ainda estava em vigor. Os dados são do JP-Morgan a partir de números da Receita Federal.

Para essas companhias, a estratégia tem sido transformar a Black Friday em uma Black "Season" (temporada, em inglês), diz a XP em relatório publicado no início de novembro.

A Shopee destinou R$ 48 milhões em cupons para os eventos do mês, 52% destes para o 11 de novembro, tradicional do ecommerce asiático. "O crédito também sustenta essa tendência, com 74% dos usuários da Shopee pesquisados pretendendo pagar em parcelas", afirmam os analistas da XP.

O TikTok Shop, na segunda Black Friday no país, entrou com R$ 100 milhões em cupons, investiu em vendas conduzidas por criadores de conteúdo e fez campanhas específicas por categorias em promoções de 27 de outubro a 12 de dezembro.

O Mercado Livre, fundado na Argentina e com sede no Uruguai, também anunciou R$ 100 milhões em cupons e parcelamento em até 24 vezes sem juros no cartão Mercado Pago a partir do último dia 11, ante as 18 vezes habituais.

"O risco é de as empresas internacionais usarem esse momento de pressão para as varejistas locais, que estão com margens apertadas e querendo preservar resultados, para agir de forma agressiva e ganhar mais mercado", diz Strano.

O varejo de vestuário tem sido afetado por esse movimento. Embora Renner, C&A e Riachuelo tenham antecipado promoções para favorecer o giro de estoques, a competição com as plataformas chinesas, agora com alíquota zerada, segue sendo um vento contrário.

A nível doméstico, o Magazine Luiza parece estar com a bola da vez. Com a recuperação judicial da Casas Bahia, a companhia da família Trajano tem reconquistado fatias de mercado e surfado em canais que antes disputava com a principal corrente, que fechou 300 lojas desde o início da reestruturação e planeja fechar mais 200.

O Magalu ainda realiza a campanha estendida vista nas plataformas estrangeiras, incluindo descontos para o Cliente Ouro, promoções de 11 de novembro e ofertas recorrentes ao longo do mês. (Folhapress)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai avaliar uma segunda proposta da área econômica de ajuste fiscal: uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para conter os gastos obrigatórios a partir de 2027. O presidente sinalizou a auxiliares que está disposto a debater o assunto, mas o texto ainda não está pronto.

Após a reeleição, a PEC é vista como um segundo passo do pacote de ajuste fiscal, que começou com o plano Moretti, aprovado pela Câmara na segunda-feira (23) em votação final.

A medida é defendida pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, para dar uma sinalização ao mercado financeiro de compromisso com uma trajetória de estabilização do crescimento da dívida pública em relação ao PIB. Mas a ala política do governo e do PT apresentam resistências após o embate da votação do plano.

O mercado financeiro acompanha com atenção as discussões sobre os próximos passos do ajuste fiscal. Nesta terça (24), o dólar caiu, entre outros motivos, após o jornal O Globo e a CNN informarem que Lula teria autorizado Durigan a avançar com a PEC que mira as despesas obrigatórias, com possíveis efeitos nos pisos de saúde e educação. Segundo integrante da equipe econômica, no entanto, o texto está sendo elaborado e ainda será levado a Lula.

No Ministério da Fazenda, a expectativa é que o presidente dará o aval para uma PEC ainda neste ano para permitir a melhoria das condições de mercado, com queda do dólar e dos juros futuros, de acordo com relatos obtidos pela reportagem. Durigan tem alertado o presidente sobre o risco da alta da moeda americana para a inflação e os juros e vem buscando apoio de lideranças no Congresso.

O assunto seria discutido em reunião nesta terça, marcada por Lula com a equipe econômica. Mas o encontro foi cancelado porque o presidente viajou para o funeral do professor de direito da USP (Universidade de São Paulo) Fabio Konder Comparato.

Cotado para a Fazenda, Geraldo Alckmin também tem defendido a PEC depois da votação do projeto de medidas orçamentárias.

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, também foi convidado para o encontro, que foi marcado após a cotação do dólar ultrapassar R$ 6 na segunda.

Cotado para permanecer no cargo, Durigan tem alertado Lula dos riscos de deixar a PEC para o ano que vem, quando o Congresso terá uma nova configuração com presença maior da bancada bolsonarista do PL, contrária ao pacote. Ele já se colocou à disposição de Lula para continuar no governo.

Uma ala do PT, por outro lado, avalia que o governo já comprou um desgaste grande com o plano Moretti e defende o anúncio dos nomes da nova equipe antes de novas medidas. (Folhapress)

Entenda o pacote fiscal que prevê ajuste de até R$ 56 bilhões

Sancionada nesta terça-feira (24) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a lei complementar com novas medidas de ajuste fiscal prevê uma economia de R$ 45,1 a R$ 56,1 bilhões em 2027, segundo estimativas apresentadas durante a tramitação da proposta no Congresso Nacional.

As mudanças incluem a ampliação do corte de benefícios tributários, novas regras para bloqueio de despesas públicas, restrições temporárias ao uso de créditos tributários por empresas e redução de repasses da União a estados e municípios.

O texto também estabelece medidas relacionadas aos supersalários do funcionalismo e permite excluir gastos com subsídios ao diesel do cálculo da meta fiscal de 2026.

A proposta foi aprovada pelo Senado na quinta-feira (19) e pela Câmara dos Deputados na segunda-feira (23), sem alterações na última etapa de votação. Com a sanção presidencial, as medidas passam a integrar a legislação, respeitados os prazos específicos de vigência e regulamentação de cada dispositivo.

Redução de vantagens fiscais

Uma das principais medidas é a ampliação da redução linear dos incentivos e benefícios tributários federais. O percentual, que já havia sido estabelecido em 10% por uma lei de 2025, poderá chegar a 20% com a nova legislação.

Na prática, a mudança reduz vantagens fiscais concedidas a diferentes setores da economia. Entre os mecanismos afetados estão: Isenções e reduções de alíquotas de tributos federais; Créditos presumidos; Regimes especiais de tributação; Benefícios relacionados ao lucro presumido.

A legislação prevê exceções para determinados setores e atividades, como incentivos à indústria de tecnologia da informação e de semicondutores, além de benefícios destinados à aquisição de veículos por pessoas com deficiência ou transtorno do espectro autista.

A aplicação das novas regras ocorrerá conforme o tipo de tributo. Para o Imposto de Renda, a mudança está prevista para 1º de janeiro de 2027. Para as contribuições, sujeitas à regra da noventena, será respeitado o prazo constitucional de 90 dias após a sanção para a entrada em vigor das alterações.

Créditos tributários

A nova lei também autoriza o governo federal a restringir temporariamente o uso de créditos tributários pelas empresas para compensar débitos de outros tributos administrados pela Receita Federal.

Atualmente, empresas que possuem créditos reconhecidos podem usá-los para quitar determinados impostos. Com a mudança, o Executivo poderá estabelecer limites para essas compensações, especialmente em períodos de contenção de despesas.

A medida não extingue os créditos das empresas, mas pode obrigar contribuintes a pagar em dinheiro tributos que seriam quitados por meio de compensações.

Os percentuais de restrição poderão variar conforme o valor e o tipo de crédito. A legislação preserva as compensações de créditos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) com débitos da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Limite de gastos

O pacote altera as regras do arcabouço fiscal, mecanismo que estabelece limites para o crescimento das despesas da União.

Atualmente, os gastos federais podem crescer entre 0,6% e 2,5% acima da inflação, dependendo do comportamento das receitas. Com a nova lei, o limite máximo de crescimento além da inflação será reduzido para 2% nos exercícios em que houver bloqueio ou contingenciamento de despesas.

Outra mudança permite que o governo bloqueie recursos para buscar o centro da meta fiscal, mesmo quando as projeções indicarem que o resultado das contas públicas está dentro do intervalo de tolerância.

Para 2027, a meta central é de superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), equivalente a R$ 73,2 bilhões.

Mais despesas bloqueadas

A legislação também amplia o conjunto de despesas que podem ser submetidas a medidas de contenção.

Antes, o contingenciamento atingia principalmente as despesas discricionárias, ou seja, aquelas cujo pagamento não é obrigatório por determinação legal ou constitucional e sobre as quais o governo tem maior margem de decisão.

Com a mudança, outras despesas previstas em lei, mas não protegidas pela Constituição, também poderão ser reduzidas ou temporariamente bloqueadas, conforme as condições estabelecidas.

As despesas obrigatórias constitucionais, como Previdência, salários do funcionalismo e benefícios assistenciais, não terão suas regras diretamente alteradas pelo pacote.

Recursos de fundos

A nova lei permite que até 40% do superávit financeiro de fundos públicos e de outras fontes com recursos vinculados seja utilizado para pagar despesas públicas previstas na Constituição.

O superávit financeiro corresponde ao dinheiro de fundos e de receitas financeiras (como emissões de títulos públicos) que sobra de exercícios anteriores.

A medida busca ampliar a flexibilidade do governo na administração do orçamento. No entanto, há exceções. Ficam preservados recursos destinados à saúde, educação, segurança pública, seguridade social, desenvolvimento social e transferências a estados e municípios, entre outras áreas protegidas.

Repasse a estados

O pacote também modifica os valores transferidos pela União a estados e municípios como compensação pelas perdas decorrentes da desoneração das exportações prevista na Lei Kandir.

O repasse anual, atualmente em R$ 4 bilhões, terá limite de R$ 2 bilhões por ano entre 2027 e 2030.

A Lei Kandir trata da desoneração do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre produtos primários e semielaborados destinados à exportação. A compensação financeira busca reduzir os impactos da medida sobre a arrecadação dos governos estaduais e municipais.

Supersalários

Outro ponto da legislação trata dos supersalários do funcionalismo público, remunerações que ultrapassam o teto constitucional por causa de pagamentos adicionais, conhecidos como penduricalhos.

O texto estabelece prazo para que o Congresso Nacional analise uma proposta de regulamentação dessas verbas indenizatórias.

O teto constitucional do funcionalismo público está atualmente em torno de R$ 46,3 mil, correspondente ao subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

A lei, porém, não extingue automaticamente os pagamentos adicionais. A definição das verbas que poderão ficar fora do teto dependerá de regulamentação legislativa.

Diesel fora da meta

Apesar das medidas de contenção, o pacote também prevê uma exceção para despesas relacionadas ao subsídio ao óleo diesel.

O governo poderá excluir até R$ 10,5 bilhões em gastos extraordinários com subvenções econômicas a produtores e importadores do combustível do cálculo da meta fiscal de 2026.

A medida está relacionada aos impactos econômicos do conflito no Oriente Médio sobre os preços dos combustíveis.

A exclusão não significa que os gastos deixarão de existir ou de afetar as contas públicas. Eles apenas não serão considerados na avaliação do cumprimento da meta de resultado primário deste ano.

Outras medidas

A legislação também estabelece limites para despesas e transferências específicas até 2030.

Entre elas estão: Previdência: limite anual de R$ 3 bilhões para pagamentos de compensações financeiras entre regimes previdenciários, com atualização conforme as regras previstas.

Exportações: teto de R$ 1 bilhão por ano para despesas com equalização de juros do Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Infraestrutura: limitação dos benefícios tributários concedidos pelo Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

Petróleo: exclusão de receitas extraordinárias relacionadas ao petróleo do cálculo de determinadas despesas vinculadas à arrecadação, conforme as regras e os prazos estabelecidos na lei.

Seguro rural: adequação das regras fiscais para permitir a execução de despesas com subvenção ao seguro rural. (Agência Brasil)

Lula lamenta falta de acordo na COP31 e pede união pelo meio ambiente

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um novo apelo pela atenção do mundo às questões climáticas. Em discurso na manhã da terça-feira (24), no Palácio do Planalto, Lula lamentou a falta de consenso no final da 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP31).

"O multilateralismo não sofre apenas quando as regras de convivência entre as nações são rompidas. Ele sai enfraquecido toda vez que os países se recusam a trabalhar juntos pelo bem da humanidade", disse.

O presidente lembrou a tempestade registrada recentemente na cidade gaúcha de Tupanciretã, que resultou em cinco pessoas mortas e quase todas as casas do município destelhadas. "Todo o planeta será afetado pela mudança do clima", alertou.

Ele também criticou, mais uma vez, a incapacidade do Conselho de Segurança das Nações Unidas para aprovar resoluções contra conflitos ao redor do globo e afirmou que "um mundo dividido não nos convém".

"Todo o mundo padece as consequências de guerras que elevam os preços de combustíveis e fertilizantes. É positivo que membros permanentes do Conselho de Segurança se reúnam e assumam suas responsabilidades".

Lula atribuiu a três dos cinco países com poder de veto no colegiado a responsabilidade pela instabilidade no planeta gerada pelos conflitos, devido à falta de ação no conselho.

"Mas não se deve esquecer que o mundo é maior do que os três. Só na ONU, somos 193 países com igual direito à soberania e ao desenvolvimento", frisou.

Lula é defensor de uma reforma no Conselho de Segurança, com a atualização da composição e do funcionamento do órgão. Atualmente, Estados Unidos, China, Rússia, França e Reino Unido têm poder de veto sobre qualquer resolução do conselho.

Como, geralmente, EUA, Rússia e China, não estão juntos no mesmo lado de um conflito, o colegiado fica engessado e não se posiciona diante das guerras que ocorrem na Europa e Oriente Médio.

O presidente voltou a defender a escolha de uma mulher latino-americana para a sucessão na Secretaria-Geral da ONU. O mandato do português António Guterres se encerra em 1º de janeiro de 2027.

O discurso do presidente ocorreu durante cerimônia de entrega das cartas credenciais de embaixadores de 14 países. A entrega do documento ao presidente da República é uma formalidade que autoriza oficialmente a atuação de um embaixador no Brasil. (Agência Brasil)

Cyrela Puglia Empreendimentos Imobiliários Ltda

CNPJ 13.177.692/0001-90 - NIRE 35225023775

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 24.11.2026, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade da Sócia. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** A sócia aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 28.836.891,00 **para** R$ 27.836.891,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

CBR MAGIK LZ 10 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 35.604.243/0001-13 - NIRE 35235724202

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 24.11.2026, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade das Sócias. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** As sócias aprovam por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 14.584.997,00 **para** R$ 11.084.997,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

CBR 076 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 32.476.490/0001-93 - NIRE 35235430195

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 24.11.2026, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade da Sócia. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** A sócia aprova por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 1.163.619,00 **para** R$ 163.619,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

S1 Operadora de Plano de Saúde LTDA

CNPJ 27.113.113/0001-50

COMUNICADO AOS BENEFICIÁRIOS

A **Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. – Caixa Seguradora Saúde**, inscrita no CNPJ nº 13.223.975/0001-20 e registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob o nº 41807-2, e a **S1 Operadora de Plano de Saúde Ltda. – S1 Saúde**, inscrita no CNPJ nº 27.113.113/0001-50 e registrada na ANS sob o nº 42098-1, comunicam que a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS autorizou a transferência da carteira de beneficiários da **Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.** para a S1 Saúde. A transferência será efetivada em 1º de dezembro de **2026**. Até essa data, a responsabilidade pela assistência e pelo atendimento dos beneficiários permanecerá com a **Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.** A partir da data efetiva da transferência (01. Dez.2026), a S1 Saúde assumirá integralmente a gestão e a responsabilidade assistencial dos planos transferidos. A transferência ocorrerá automaticamente, sem necessidade de nova contratação ou de qualquer providência por parte dos beneficiários e sem interrupção da assistência à saúde. Serão preservadas as condições contratuais vigentes, inclusive as coberturas assistenciais, as carências já cumpridas, as regras e a data-base de reajuste, bem como a continuidade dos tratamentos em curso. Os beneficiários receberão comunicação individual contendo as informações sobre a transferência e as orientações necessárias para utilização dos canais de atendimento e da rede assistencial da S1 Saúde. Para informações e esclarecimentos, permanecem disponíveis os seguintes canais de atendimento: **Caixa Seguradora Saúde.** Telefone: (61) 2192-2032. E-mail: atendimento.saude@caixaseguradora.com.br Site: https://www.caixaseguradora.com.br/paravoce/seguro-saude **S1 Saúde:** E-mail: contato@s1saude.com.br Site: s1saude.com.br. Canal para beneficiários em tratamento continuado:

(61) 3221-5353 / 0800 952-3030

WhatsApp **(61) 99810-6817**

CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. – CAIXA SEGURADORA SAÚDE

CNPJ nº 13.223.975/0001-20

Registro ANS nº 41807-2

S1 OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA. – S1 SAÚDE

CNPJ nº 27.113.113/0001-50

Registro ANS nº 42098-1

STRONGHOLD INFRA INVESTMENTS S.A.

CNPJ nº 48.243.803/0001-01

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas para a AGE, em primeira convocação, em 04/12/2026, às 11h, no Pátio Victor Malzoni, Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, Itaim Bibi, São Paulo/SP, com identificação na recepção, para deliberar sobre: 1. Registros acionários do antigo bloco Ethereal e eventual sub-rogação no Acordo de Acionistas. 2. Alteração do art. 2º do Estatuto Social quanto ao endereço da sede. 3. Diretrizes operacionais e financeiras, inclusive renegociação de dívidas. 4. Proposta de transferência do Contrato de Arrendamento nº 091/2023 (PAR50) e autorização para seu encaminhamento 5. Ciência das renúncias e eleição de novo Diretor, com definição de cargo e mandato. Informações pelo e-mail financeiro@liquipar.com.br.

São Paulo, 19 de novembro de 2026.

Juliano Azevedo Antunes – Diretor Presidente

DÉCIMO QUARTO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL
RICARDO NAHAT – OFICIAL
EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 996.179 em 15 de junho de 2026 a requerimento de IRAJÁ PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA, devidamente qualificada na ata notarial de usucapião lavrada no Tabelionato de Notas do 29º Subdistrito de Santo Amaro da Capital (Lvº 1812, fls. 003/012), representada pelo advogado Dr. José Ricardo Ruela Rodrigues, OAB/SP nº 231.772, com escritório na Av. do Rio Bonito nº 2663, Socorro-SP, e-mail: ricardo@ruela.adv.br, FAZ SABER aos reis ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que requereu a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA, para fins de direito do artigo 1.071 da Lei 13.105/15 e provimento 149/2023 da CNJ, visando a declaração de domínio sobre o imóvel situado na Av. Indianópolis nº 765 (atualmente sem construção), lançado pelo contribuinte nº 045.025.0044-5, com 400,00m², devidamente descrito e caracterizado no memorial e planta juntados no procedimento, com origem na matrícula nº 92.738 do 14º Registro de Imóveis, alegando e comprovando posse há 60 anos, somando ao tempo de posse dos detentores anteriores, nos termos do art. 1.238 do CC. Estando as termos expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos dos artigos 412 e 413 do provimento 149/2023 da CNJ. Será o presente edital publicado na forma da lei.

São Paulo, 13 de novembro de 2026.

De acordo,
RICARDO NAHAT
Oficial.

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO – FESSP/ESP
CNPJ/MF nº 61.194.478/0001-94.

A FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO – FESSP-ESP, CNPJ/MF 61.194.478/0001-94, por intermédio de seu Presidente em Exercício, Eduardo Becker Tagliarini, no uso das atribuições previstas nos artigos 13 e 18, § 1º, inciso III, de seu Estatuto Social, **CONVOCA** os Membros do Conselho de Representantes, na forma do artigo 11, para participarem da **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO)**, a realizar-se no dia **30 de novembro de 2026**, em formato híbrido (presencial e remota (video conferência), às **14 horas**, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos Conselheiros em condições de votar e, caso não atingido o quórum, às **14h30**, em segunda convocação, com qualquer número de Conselheiros em condições de votar, observado o intervalo de meia hora entre as convocações, nos termos do artigo 15, §§ 1º e 2º, do Estatuto Social, para deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA – I.** Apresentação, discussão e deliberação sobre a proposta orçamentária da FESSP-ESP para o exercício de 2027, compreendendo a previsão de receitas e despesas. A participação presencial ocorrerá na sede da Federação, situada na Rua Silveira Martins, nº 53, 2º andar, Sé, São Paulo/SP, e a participação remota, por meio da plataforma de videoconferência Zoom, na forma do artigo 12, § 6º, do Estatuto Social. O link de acesso à sala de videoconferência será encaminhado às entidades sindicais filiadas, aos Diretores e aos Conselheiros por Ofício Circular da FESSP-ESP, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da realização da AGO. A Assembleia tratará exclusivamente da, nos termos do artigo 12, §§ 2º e 4º, do artigo 13, parágrafo único, e do artigo 15, § 3º, do Estatuto Social: I As deliberações serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco, nos termos do artigo 15, § 4º, do Estatuto Social. São Paulo, 24 de novembro de 2026. EDUARDO BECKER TAGLIARINI – Presidente em Exercício

ASTRALO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 68.618.338/0001-45 - NIRE nº 35.300.703.38-3

EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2026

Em 29.10.2026, às 10h, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente – **João Carlos Falbo Mansur**; Secretário – **Marcos Antonio da Costa Baptista**. **Deliberações:** Por unanimidade de votos, deliberaram: **(i)** Aprovar a redução do capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social, de R$ 32.000.001.000,00 para R$ 18.845.888.539,00, redução esta, no montante de R$ 13.154.111.461,00, mediante o cancelamento de 13.154.111.461 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e ainda não integralizadas no aumento de capital aprovado na AGE de 18.09.2026, com consequente liberação dos respectivos subscritores da obrigação de integralizá-las, sem qualquer restituição de valores aos acionistas, uma vez que nenhum valor foi integralizado em relação às ações ora canceladas. **(ii)** A redução ora aprovada é realizada na forma e nas quantidades indicadas, por acionista, no Quadro de Redução do Capital Social constante do Anexo II à presente Ata, o qual fica arquivado na sede da Companhia. **(iii)** Consignar, para todos os fins, que as 18.845.888.539 ações ordinárias remanescentes, subscritas na AGE de 18.09.2026, no montante de R$ 18.845.888.539,00, já se encontram integralizadas pelos respectivos subscritores em moeda corrente nacional, bens e/ou direitos. **(iv)** Consignar que, nos termos do artigo 174 da Lei das S.A., a redução do capital social ora aprovada somente se tornará efetiva após decorridos 60 dias da publicação da presente Ata, prazo durante o qual os credores quirografários por títulos anteriores à data da publicação poderão, mediante notificação, opor-se à redução, devendo a Diretoria da Companhia providenciar a publicação da presente Ata e, findo o referido prazo, o seu arquivamento no registro público competente. **(v)** Aprovar a redação do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 4 - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 18.845.889.539,00, dividido em 18.845.889.539 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.* **(vi)** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme redação constante do Anexo III à presente Ata. São Paulo/SP, 29.10.2026. Mesa: **João Carlos Falbo Mansur** - Presidente; **Marcos Antonio da Costa Baptista** - Secretário.

www.jornalodiasp.com.br

Indra Sistemas, S.A. e Controladas

CNPJ nº 18.685.111/0001-44

Relatório de Contas Anuais em 31 de dezembro de 2025

CERTIFICO e dou fé, para os fins de direito, que o texto abaixo é tradução fiel de um documento em língua inglesa que me foi apresentado por pessoa interessada. **Indra Sistemas, S.A.** - Contas Anuais da Indra Sistemas, S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e Relatório de Gestão, juntamente com o Relatório de Auditoria Independente. **Deloitte, S.L.** - Plaza Pablo Ruiz Picasso, 1 - Torre Picasso - 28020 Madri - Espanha - Tel:+34 915 14 50 00 www.deloitte.es

Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Expresso em Milhares de Euros)*

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Imobilizado	6	1.145.909	118.765
Propriedades para Investimento		9.284	9.601
Ativos de direito de uso	7	162.026	125.861
Ágio (goodwill)	8	1.443.569	1.043.490
Ativos intangíveis distintos do Ágio (goodwill)	9	459.504	250.450
Investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	11	47.884	14.678
Derivativos ativos não circulantes	10, 12 e 37	19.069	868
Contas a receber de clientes e outras contas a receber não circulantes	10 e 16	379.036	42.014
Outros ativos financeiros não circulantes	10 e 12	496.489	294.981
Ativos de contrato não circulantes	14	448.640	132.988
Ativos fiscais diferidos	35	43.328	104.174
Ativos Não Circulantes		**4.654.738**	**2.137.870**
Ativos mantidos para venda	13	120.523	213.696
Estoques e ativos de contrato circulantes	14	1.261.415	658.756
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	10 e 16	1.746.345	1.155.084
Ativos fiscais correntes	35	116.224	65.588
Derivativos ativos circulantes	10, 12 e 37	7.885	3.530
Outros ativos financeiros circulantes	10 e 12	90.223	90.419
Outros ativos não financeiros circulantes	15	161.241	75.595
Caixa e equivalentes de caixa	10 e 17	976.192	555.147
Ativos Circulantes		**4.480.047**	**2.817.814**
Ativos		**9.134.785**	**4.955.684**

Patrimônio Líquido e Passivo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Capital subscrito	18	35.330	35.330
Ágio na emissão de ações	18	523.754	523.754
Reservas de lucros acumulados	18	1.290.087	898.677
Ações em tesouraria	18	(65.158)	(12.635)
Outros instrumentos de patrimônio próprio	18	14.570	7.830
Ativos Financeiros ao Valor Justo	18	179.189	
Hedge de fluxo de caixa	18	10.826	(12.079)
Ajustes acumulados de conversão	18	(254.419)	(143.720)
Patrimônio líquido total atribuível aos proprietários da controladora		**1.734.179**	**1.297.157**
Participação de não controladores		258.583	17.550
Patrimônio Líquido		**1.992.762**	**1.314.707**
Provisões não circulantes para remuneração de funcionários	24	34.969	34.873
Outras provisões não circulantes	24	63.478	52.652
Total de provisões não circulantes		**98.447**	**87.525**
Dívidas com instituições de crédito e obrigações não circulantes	10 e 21	1.197.224	343.176
Derivativos passivos não circulantes	10, 22 e 37	7.268	4.002
Outros passivos financeiros não circulantes	10 e 22	2.020.462	688.043
Subvenções governamentais	10 e 23	134.721	54.147
Outros passivos não financeiros não circulantes		1.002	1.370
Passivos Fiscais Diferidos	35	58.615	3.945
Passivos Não Circulantes		**3.517.739**	**1.182.208**
Passivos Mantidos para venda	13	50.249	83.699
Provisões circulantes para remunerações de funcionários	24	12.668	27.738
Outras provisões circulantes	24	110.222	102.715
Total de provisões circulantes		**122.890**	**130.453**
Dívidas com instituições de crédito, outros e obrigações circulantes	10 e 21	385.916	186.336
Derivativos passivos circulantes	10, 22 e 37	5.892	14.176
Outros passivos financeiros circulantes	10 e 22	295.954	119.343
Fornecedores e credores diversos	10 e 26	2.330.615	1.699.373
Passivos fiscais correntesxx	35	25.251	21.896
Outros passivos não financeiros circulantes	25	407.517	203.493
Passivos Circulantes		**3.624.284**	**2.458.769**
Passivos		**7.142.023**	**3.640.977**
Patrimônio Líquido e Passivos		**9.134.785**	**4.955.684**

Demonstração do Resultado Consolidada em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Expressas em Milhares de Euros)

Demonstração do Resultado	Nota	2025	2024
Receitas operacionais	27	5.456.652	4.842.857
Outras receitas operacionais	28	58.715	34.189
Variação de estoques	14	136.888	125.616
Trabalhos realizados pelo Grupo para seu imobilizado	9	96.896	69.958
Consumo de materiais	29	(1.462.292)	(1.169.275)
Despesas com pessoal	30	(2.823.310)	(2.610.943)
Outras despesas operacionais	31	(833.863)	(725.463)
Variação de provisão para operações comerciais	31	6.974	(21.424)
Depreciação e amortização do imobilizado	6, 7 e 9	(119.035)	(106.950)
Outros resultados provenientes do imobilizado	32	(281)	(309)
Resultado das atividades operacionais		**517.346**	**438.256**
Receitas financeiras	10	164.984	38.158
Despesas financeiras	10	(92.894)	(82.683)
Resultado das atividades financeiras		**72.090**	**(46.525)**
Participação no lucro (prejuízo) pelo método da equivalência patrimonial	11	(3.166)	(5.470)
Resultado antes dos impostos		**586.271**	**386.261**
Receitas (despesas) com impostos		(147.293)	(105.981)
Lucro (prejuízo) das operações continuadas		**438.978**	**280.280**
Resultado do exercício		**438.978**	**280.280**
Lucro (prejuízo), atribuível aos proprietários da controladora	18	435.829	277.541
Lucro (prejuízo), atribuível à participação de não controladores	19	3.149	2.739
Lucro básico por ação			
Lucro (prejuízo) básico por ação proveniente de atividades continuadas	20	2,4810	1,5799
Lucro (prejuízo) básico por ação proveniente de atividades descontinuadas		-	-
Lucro (prejuízo) básico por ação total		2,4810	1,5799
Lucro diluído por ação			
Lucro (prejuízo) diluído por ação proveniente de atividades continuadas	20	2,4810	1,5799
Lucro (prejuízo) diluído por ação proveniente de atividades descontinuadas		-	-
Lucro (prejuízo) diluído por ação total		2,4810	1,5799

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstração do Resultado Abrangente Consolidada em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Expressas em Milhares de euros)

	Nota	2025	2024
Lucro (prejuízo) do exercício		438.978	280.280
Outros resultados abrangentes			
Componentes de outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado, antes dos impostos			
Variações cambiais na conversão			
Ganhos (perdas) por variações cambiais na conversão, imputados diretamente ao patrimônio	18	(44.523)	(16.662)
Outros resultados abrangentes, antes dos impostos, variações cambiais por conversão		**(44.523)**	**(16.662)**
Mensuração de ativos financeiros ao valor justo			
Ganhos (perdas) na mensuração de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		238.919	-
***Hedge* de fluxo de caixa**			
Hedge de fluxo de caixa imputado diretamente ao patrimônio	18	13.730	(11.701)
Hedge de fluxo de caixa transferido para a demonstração de resultado	18	508	987
Outros resultados abrangentes, antes dos impostos, *Hedge* de fluxo de caixa		**14.238**	**(10.713)**
Total de outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado, antes dos impostos		**208.634**	**(27.375)**
Total de outros resultados abrangentes, antes dos impostos		**208.634**	**(27.375)**
Imposto sobre o lucro relativo a componentes de outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado			
Efeito fiscal do *Hedge* de fluxo de caixa imputado diretamente ao patrimônio		(3.432)	2.925
Efeito fiscal do *Hedge* de fluxo de caixa transferido para a demonstração do resultado		(127)	(247)
Efeito fiscal na mensuração de ativos financeiros		(59.730)	-
Outros resultados abrangentes totais		**145.345**	**(24.697)**
Resultado abrangente total		**584.323**	**255.583**
Resultado abrangente atribuível a			
Resultado abrangente, atribuível aos proprietários da controladora		583.159	252.603
Resultado abrangente, atribuível à participação de não controladores		1.164	2.980

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado dos exercícios anuais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Expressas em Milhares de Euros)

	Patrimônio Líquido atribuído aos proprietários da Sociedade Controladora										
						Outros Resultados Abrangentes					
	Capital emitido	Ágio na emissão de ações	Ações em tesouraria	Pagamentos baseados em ações	Reservas de lucros acumulados	Variações cambiais na conversão	Ativos Financeiros ao Valor Justo	*Hedge* de fluxo de caixa	Subtotal	Particip. não controladores	Total
Saldo 01/01/2024	**35.330**	**523.754**	**(32.960)**	**21.090**	**701.154**	**(126.817)**	**-**	**(4.044)**	**1.117.507**	**18.461**	**1.135.968**
Mutações do patrimônio líquido											
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	277.541	-	-	-	277.541	2.739	280.280
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(16.903)	-	(8.035)	(24.938)	241	(24.697)
Resultado abrangente total	**-**	**-**	**-**	**-**	**277.541**	**(16.903)**	**-**	**(8.035)**	**252.603**	**2.980**	**255.583**
Dividendos reconhecidos	-	-	-	-	(44.100)	-	-	-	(44.100)	(2.560)	(46.660)
Aumento (diminuição) por outras alterações	-	-	-	-	(46.232)	-	-	-	(46.232)	(1.331)	(47.563)
Aumento (diminuição) por transações com ações em tesouraria, patrimônio líquido (nota 18)	-	-	20.325	(13.260)	10.314	-	-	-	17.379	-	17.379
Aumento (diminuição) total do patrimônio	**-**	**-**	**20.325**	**(13.260)**	**197.523**	**(16.903)**	**-**	**(8.035)**	**179.650**	**(911)**	**178.739**
Saldo 31/12/2024	**35.330**	**523.754**	**(12.635)**	**7.830**	**898.677**	**(143.720)**	**-**	**(12.079)**	**1.297.157**	**17.550**	**1.314.707**
Saldo 01/01/2025	**35.330**	**523.754**	**(12.635)**	**7.830**	**898.677**	**(143.720)**	**-**	**(12.079)**	**1.297.157**	**17.550**	**1.314.707**
Mutações do patrimônio líquido											
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	435.829	-	-	-	435.829	3.149	438.978
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(42.538)	179.189	10.679	147.330	(1.985)	145.345
Resultado abrangente	**-**	**-**	**-**	**-**	**435.829**	**(42.538)**	**179.189**	**10.679**	**583.159**	**1.164**	**584.323**
Dividendos reconhecidos	-	-	-	-	(43.923)	-	-	-	(43.923)	(3.160)	(47.083)
Variação do perímetro	-	-	-	-	-	(68.161)	-	12.226	(55.935)	242.697	186.762
Aumento (diminuição) por outras alterações	-	-	-	-	(28.498)	-	-	-	(28.498)	332	(28.166)
Aumento (diminuição) por transações com ações em tesouraria, patrimônio líquido (nota 18)	-	-	(52.523)	6.740	28.001	-	-	-	(17.782)	-	(17.782)
Aumento (diminuição) total do patrimônio	**-**	**-**	**(52.523)**	**6.740**	**391.410**	**(110.699)**	**179.189**	**22.905**	**437.023**	**241.033**	**678.056**
Saldo 31/12/2025	**35.330**	**523.754**	**(65.158)**	**14.570**	**1.290.087**	**(254.419)**	**179.189**	**10.826**	**1.734.179**	**258.583**	**1.992.762**

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Expressas em Milhares de Euros)

	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa provenientes de (utilizados em) atividades operacionais			
Resultado do exercício		438.978	280.280
Despesa com imposto sobre o lucro	35	147.293	105.981
Resultado antes dos impostos		**586.271**	**386.261**
Subvenções governamentais	23 e 28	(44.141)	(25.444)
Provisões	16 e 24	(5.580)	21.424
Outros resultados provenientes do imobilizado	32	281	309
Outros ajustes para conciliar o resultado			
Despesas de depreciação e amortização	6, 7 e 9	119.035	106.950
Resultados em empresas coligadas	11	3.166	5.470
Resultado financeiro	10	(72.090)	46.526
Dividendos recebidos	11 e 12a	-	-
Lucro operacional antes das variações do capital de giro		**586.942**	**541.496**
Diminuição (aumento) dos estoques e ativos de contrato		(150.199)	(125.854)
Diminuição (aumento) de contas a receber de origem comercial		(318.571)	121.305
Diminuição (aumento) de outras contas a receber decorrentes das atividades operacionais		4.258	(22.432)
Aumento (diminuição) de contas a pagar de origem comercial		299.801	78.859
Aumento (diminuição) de outras contas a pagar decorrentes de atividades operacionais		227.447	(57.324)
Variação no capital de giro		**62.736**	**(5.446)**
Caixa proveniente das atividades operacionais		649.678	536.050
Imposto sobre Sociedades pago		(133.440)	(85.155)
Fluxos de caixa líquidos de (utilizados em) atividades operacionais		**516.238**	**450.895**
Fluxos de caixa provenientes de (utilizados em) atividades de investimento			
Outros recebimentos de caixa por vendas de instrumentos de dívida ou de capital de outras entidades		3.616	60.723
Outros pagamentos em caixa para adquirir instrumentos de dívida ou de capital de outras entidades	5	(811.547)	(92.140)
Pagamentos por aquisição de ativo imobilizado	6	(44.078)	(23.562)
Recebimentos por venda de ativo imobilizado		-	-
Pagamentos por aquisição de ativos intangíveis	9	(93.703)	(87.438)
Recebimentos de subvenções governamentais	9 e 23	40.729	41.364
Juros recebidos		30.713	18.881
Outros fluxos de atividades de investimento	7, 22 e 27	-	-
Fluxos de caixa líquidos de (utilizados em) atividades de investimento		**(874.270)**	**(81.912)**
Fluxos de caixa provenientes de (utilizados em) atividades de financiamento			

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

	Nota	2025	2024
Aquisição de ações de própria emissão	18	(578.032)	(150.124)
Alienação de ações em tesouraria	18	547.296	121.357
Emissão de dívida com instituições de crédito	21	1.073.555	-
Devolução e amortização de obrigações e outros valores negociáveis	21	-	(150.000)
Devolução e amortização de dívidas com instituições de crédito	21	(155.812)	(35.805)
Dividendos pagos à participação de não controladores	19	(3.160)	(2.689)
Juros pagos	10	(55.723)	(44.662)
Dividendos pagos pela sociedade controladora		(43.923)	(44.100)
Outros fluxos de atividades de financiamento	7 e 22	(29.888)	(27.699)
Fluxos de caixa líquidos de (utilizados em) atividades de financiamento		**754.313**	**(333.722)**
Aumento (diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa antes do efeito das variações na taxa de câmbio		396.281	35.262
Transferências de caixa para ativos para venda	13	37.126	(60.841)
Efeito das variações da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa		(12.361)	(15.015)
Aumento/(diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**421.045**	**(40.594)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	17	**555.147**	**595.741**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	17	**976.192**	**555.147**

Diretoria

Sr. Ángel Escribano – Presidente
Sra.Virginia Arce – Vice-Presidente

Conselheiro Delegado
Sr. José Vicente de los Mozos

Membros

Sra. Belén Amatriain | **Sr. Antonio Cuevas** | **Sra. Eva María Fernández** | **Sr. Josep Oriol Piña**
Sr. Jokin Aperribay | **Sra. María Aránzazu Díaz-Lladó** | **Sr. Pablo Jiménez de Parga** | **Sr. Miguel Sebastián**
Sra. María Teresa Busto | **Sr. Javier Escribano** | **Sr. Juan Moscoso del Prado** | **Sr. Bernardo Villazán**

NADA MAIS constava do referido original, que devolvo ao interessado com esta tradução fiel que conferi, achei conforme e assino, na data abaixo. DOU FÉ.

São Paulo, 18 de Outubro de 2026

Athena440258
Manoel Antonio Schimidt - Tradutor Público

AS NOTAS EXPLICATIVAS E DEMAIS DISPOSIÇÕES SE ENCONTRAM ARQUIVADAS NA SEDE EMPRESA.

Governo mantém estimativa de arrecadar R$ 10,5 bi com taxação de dividendos, apesar de frustração até agora

O coordenador de Previsão e Análise da Receita Federal, Marcelo Gomide, afirmou na terça-feira (24) que está mantida a previsão de arrecadar R$ 10,5 bilhões com o imposto de renda sobre dividendos.

Até outubro, o Fisco contabilizou R$ 6,359 bilhões recolhidos por meio da tributação de dividendos. Desse montante, R$ 4 bilhões foram recolhidos por residentes no Brasil, e outros R$ 2,3 bilhões por residentes no exterior.

Considerados esses dados, a Receita precisaria arrecadar até dezembro pouco mais de R$ 4 bilhões, quase dois terços do montante já recebido este ano. O governo criou a tributação de dividendos para compensar a isenção no imposto de renda de quem recebe até R$ 5.000.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, as previsões de arrecadação com o novo imposto já foram rebaixadas duas vezes. Em julho, o governo reduziu a estimativa inicial, que era de R$ 28 bilhões, para R$ 17 bilhões. Em setembro, reduziu novamente para R$ 10,5 bilhões, número que está mantido agora.

Uma frustração das expectativas de receita pode obrigar a Fazenda a contingenciar gastos ou compensar o valor com outras receitas. A manutenção da expectativa de R$ 10,5 bilhões era uma das dúvidas em relação ao relatório bimestral de despesas e receitas, cuja divulgação também está prevista para esta terça.

A arrecadação do governo federal foi de R$ 293,97 bilhões em outubro, alcançando o melhor resultado para o mês na série histórica iniciada em 1995, informou a Receita Federal nesta terça-feira (24). Na comparação com outubro do ano passado, a arrecadação aumentou 7,28%.

A Receita Federal também divulgou ter arrecadado R$ 2,910 bilhões com o imposto de exportação do petróleo no mês de outubro deste ano. No acumulado do ano, fora R$ 15,779 bilhões.

O governo criou o imposto para compensar a perda de arrecadação com a subvenção e a desoneração do óleo diesel, medida anunciada em março para conter a escalada dos preços do combustível em meio à Guerra do Irã.

Alvo de controvérsia jurídica, o imposto de exportação foi criado primeiro por medida provisória e continuou em vigor por força de uma decisão da Camex (Câmara de Comércio Exterior) questionada na Justiça, que deu ganho de causa ao governo em duas ocasiões.

No início deste mês, o governo decidiu retirar a subvenção extra de R$ 1,40 por litro de diesel importado. A subvenção de R$ 2,12 por litro produzido em solo nacional permanece, no entanto.

O setor de petróleo também puxou para cima a arrecadação do IRPJ (Imposto de renda de pessoa jurídica) e da CSLL (Contribuição social sobre lucro líquido), segundo a Receita. Foram R$ 3 bilhões a mais no mês de outubro deste ano. / (Folhapress)

BCs de países de língua portuguesa criam rede de cooperação

Os bancos centrais dos países de língua portuguesa formalizaram uma rede permanente de diálogo e cooperação para ampliar a troca de conhecimento e experiências entre as instituições.

A criação da Rede dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa (Rede BCPLP) foi oficializada em 4 de novembro, durante a primeira Reunião de Governadores, realizada em Luanda, capital de Angola. O Banco Central brasileiro só divulgou a notícia na terça-feira (24).

No encontro, os representantes assinaram um memorando de entendimento que estabelece as bases para a atuação conjunta. A iniciativa busca fortalecer a cooperação em um cenário internacional marc

Pé-de-Meia começa a pagar 8ª parcela de 2026 a estudantes

Os beneficiários do programa Pé-de-Meia de 2026 do ensino médio regular e da educação de jovens e adultos (EJA) que atingiram pelo menos 80% de frequência nas aulas em setembro começaram a receber, na segunda-feira (23), a oitava parcela do incentivo à frequência.

O repasse aos estudantes do ensino médio beneficiários do Pé-de-Meia será feito até 30 de novembro, de forma escalonada, de acordo com o mês de nascimento dos estudantes.


Foto/Rafa Neddermeyer/ABr

Valores

A parcela é no valor de R$ 200 para o estudante do ensino regular. Já o incentivo mensal pela frequência da educação de jovens e adultos (EJA) é de R$ 225. Ambos ficam disponíveis para saque.

Também poderão ser pagas parcelas de meses anteriores para estudantes que tenham informações enviadas ou corrigidas pelas redes de ensino.

O/Pé-de-Meia/é o programa de incentivo financeiro-educacional na modalidade de poupança, criado e coordenado pelo Ministério da Educação (MEC). A iniciativa é/voltada à permanência escolar e conclusão dos estudos por alunos matriculados no ensino médio público.

Quem tem direito

A participação no Pé-de-Meia ocorre de forma automática para os estudantes que cumprem os requisitos estabelecidos. Entre eles, estar matriculado na rede pública de educação e com inscrições ativas no Cadastro Único de Programas Sociais do governo federal (CadÚnico).

O Ministério da Educação (MEC) é o responsável por verificar se o jovem pode participar do programa federal a partir dos dados do CadÚnico.

Em 2026, é preciso que as famílias dos estudantes tenham cadastro ativo no CadÚnico até a data-base de 7 de agosto de 2026. A atualização do/CadÚnico/tem validade de 24 meses.

Também é preciso que a renda familiar seja de até meio salário mínimo por pessoa, ou seja, até R$ 810,50, em 2026.

Além disso, os alunos precisam ter entre 14 e 24 anos no ensino médio regular ou entre 19 e 24 anos na educação de jovens e adultos (EJA).

Frequência do estudante

O estudante deve ter o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) regular e manter frequência em pelo menos 80% nas aulas.

Caso a frequência do estudante fique abaixo de 80%/em algum momento do ano letivo, os valores das parcelas referentes/a esses meses/ficarão/retidos.

Quando o beneficiário voltar a apresentar uma frequência igual ou superior ao mínimo exigido, poderá receber os recursos bloqueados.

No ensino médio regular, os estudantes recebem até nove parcelas de frequência por ano, no valor de R$ 200. Já no ensino médio da educação de jovens e adultos (EJA), são até quatro parcelas por semestre, totalizando até oito parcelas de frequência por ano, cada uma delas de R$ 225.

Pé-de-Meia

O Ministério da Educação estima que, desde 2024, o programa alcançou 6 milhões de estudantes em todo o Brasil.

O beneficiário do/Pé-de-Meia/ainda recebe R$ 1 mil no fim de cada ano letivo do ensino médio regular concluído, que só podem ser retirados da poupança após a formatura no ensino médio.

Considerando todas as parcelas de incentivo matrícula e frequência, somados aos depósitos anuais de aprovação no ano letivo e o adicional único de R$ 200 pela participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para os concluintes do ensino médio, os valores do Pé-de-Meia podem chegar a R$ 9,2 mil por aluno.

O estudante pode consultar os status de pagamentos (rejeitados ou aprovados), informações escolares e regras do programa na página eletrônica do Pé-de-Meia , com login e senha da plataforma digital Gov.br.

Dúvidas

Estudantes, responsáveis e gestores escolares podem tirar dúvidas sobre o programa por meio da/página eletrônica de Perguntas Frequentes do Pé-de-Meia, que reúne orientações detalhadas sobre o funcionamento do programa, incluindo critérios para participar, formas de consultar o benefício, calendário de pagamentos, perguntas frequentes e passo a passo sobre a liberação de movimentação da conta para menores de idade.

O estudante ainda conta o Fale Conosco, no telefone 0800-616161. (Agência Brasil)

MPRJ quer reverter absolvição de acusados por mortes no Ninho do Urubu


Foto/Tania Rêgo/ABr

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público (MP), sustenta, na terça-feira (24), na Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, o parecer que pede a condenação definitiva de sete réus pelas mortes ocorridas no Centro de Treinamento George Helal, conhecido como Ninho do Urubu, do Clube de Regatas do Flamengo, em fevereiro de 2019. A manifestação será apresentada no âmbito dos recursos de apelação contra a sentença de primeira instância que absolveu os acusados.

O incêndio, que provocou a morte de dez adolescentes que integravam as categorias de base do clube e deixou mais três jovens feridos, começou no aparelho de ar-condicionado de um dos módulos que eram utilizados como alojamento pelos atletas. Em janeiro de 2021, o Grupo de Atuação Especializada do Desporto e Defesa do Torcedor denunciou à Justiça 11 pessoas pelo crime de incêndio culposo qualificado pelos resultados morte e lesão grave.

No parecer, encaminhado em maio deste ano à Terceira Câmara Criminal, o Gaeco defende que a análise da responsabilidade criminal não deve se limitar à identificação do componente específico que provocou a ignição, mas também considerar o conjunto de falhas e omissões que criou um ambiente de risco para os adolescentes.

Os dados reunidos no processo demonstraram padrões mínimos de segurança, como a utilização de módulos com painéis de poliuretano, material inflamável, a existência de uma única rota de saída, janelas gradeadas, portas que apresentaram dificuldades de abertura e instalações elétricas inadequadas, além da ausência de equipamentos de prevenção e combate a incêndios em condições de funcionamento, incluindo extintores inoperantes e hidrante sem água.

Outro ponto defendido pela acusação é o histórico de irregularidades administrativas do centro de treinamento, uma vez que o local funcionava sem alvará desde 2012. Interditado pela prefeitura do Rio em 2017, continuou sendo utilizado para alojamento dos adolescentes mesmo sem certificação do Corpo de Bombeiros para o bloco de alojamentos e com a existência de autuações e pendências relacionadas às condições de segurança.

A manifestação destaca ainda e-mails trocados por integrantes da estrutura administrativa do clube em 2018, nos quais havia referências expressas à falta de alvará, às pendências de aprovação pelo Corpo de Bombeiros e às irregularidades identificadas em inspeções, demonstrando que os responsáveis tinham conhecimento dos problemas e poderiam ter adotado providências para interromper a utilização dos alojamentos ou transferir os adolescentes para instalações adequadas.

"Desde a apresentação da denúncia, os grupos especializados e a Promotoria de Justiça responsável pelo caso têm trabalhado de forma integrada para esclarecer as circunstâncias do incêndio e apurar as responsabilidades. No julgamento do recurso, pedimos que o Tribunal, ao analisar a conduta de cada réu, considere a origem do fogo e o conjunto de falhas de segurança e omissões apontadas no processo. Na avaliação do Ministério Público, essas falhas e omissões expuseram os adolescentes a um risco que poderia ter sido evitado", afirmou o subprocurador-geral de Justiça de Atuação Especializada, Claudio Varela.

Além da atuação na esfera criminal, com o oferecimento da denúncia e a interposição de recurso contra a decisão que absolveu os réus, o MPRJ, por meio do Núcleo de Apoio às Vítimas (NAV), acompanha familiares, prestando informações e suporte por meio de uma equipe interdisciplinar. (Agência Brasil)

Unesp abre inscrições para seleção com nota do Enem

A Unesp (Universidade Estadual Paulista) abriu as inscrições para o processo seletivo que usa as notas do Enem para ingresso em cursos de graduação em 2027. São oferecidas 726 vagas em 23 cidades do estado de São Paulo.

As inscrições custam R$ 20 e podem ser feitas até as 23h59 de 14 de janeiro de 2027, exclusivamente pelo site da Vunesp, responsável pelo processo seletivo. O pagamento pode ser feito por boleto bancário, cartão de crédito ou Pix até 15 de janeiro.

Podem participar candidatos que tenham concluído o ensino médio e feito o Enem em 2025 ou 2026. Para a classificação, será considerado automaticamente o melhor desempenho entre as duas edições, após a aplicação dos pesos definidos pela universidade.

Entre os cursos com mais vagas estão medicina, em Botucatu, e engenharia agronômica, em Jaboticabal, com dez vagas cada. Na sequência aparecem odontologia, em Araraquara, engenharia agronômica, em Botucatu, e pedagogia, em Marília, com oito vagas cada.

Do total de vagas, 331 são destinadas ao sistema universal. Outras 233 são reservadas a candidatos que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas brasileiras, enquanto 162 são destinadas a estudantes de escolas públicas autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.

A nota final será calculada a partir das cinco provas do Enem, com pesos diferentes de acordo com a área do curso. Redação e linguagens têm peso 2 em todas as áreas. A prova de matemática tem peso 2 para cursos de exatas e peso 1 para biológicas e humanas. Ciências humanas tem peso 2 para cursos de humanas, enquanto ciências da natureza tem peso 2 para biológicas.

O candidato precisa ter nota geral de pelo menos 400 pontos no Enem e será eliminado se zerar qualquer uma das provas. Em caso de empate, serão considerados, nesta ordem, a maior nota na redação, a maior nota em linguagens e a idade mais elevada.

Para concorrer às vagas reservadas a estudantes de escolas públicas, é necessário comprovar que todo o ensino médio foi cursado na rede pública. A certificação do ensino médio obtida pelo Enem não serve como comprovação dessa condição. Bolsistas de escolas particulares e estudantes do Sistema S também não podem concorrer às vagas reservadas.

A primeira chamada será divulgada em 27 de janeiro de 2027, a partir das 10h. A matrícula virtual dos convocados ocorrerá de 28 de janeiro a 1º de fevereiro.

As vagas que permanecerem sem preenchimento após as chamadas do processo Unesp-Enem 2027 poderão ser transferidas para a lista do Vestibular Unesp 2027, e o movimento também poderá ocorrer no sentido inverso. (Folhapress)

Aneel propõe variar preço da energia conforme horário do dia e pode frear expansão de painéis solares


Foto/Tânia Rêgo/ABr

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) apresentou no começo de novembro uma proposta para alterar como a energia elétrica é cobrada de parte dos brasileiros. A ideia é adotar uma tarifa que varie conforme o horário do dia e enquadrar alguns consumidores automaticamente nessa modalidade.

Hoje, clientes residenciais e comerciais de baixa tensão pagam um preço único a cada kWh (quilowatt-hora) consumido, independentemente do horário. Mas esse modelo esconde de que o custo da energia varia ao longo do dia.

Às 12h, no pico solar, a geração é abundante e o preço é baixo. Quando o sol se põe, o cenário se inverte. O consumo dispara e as térmicas são acionadas -jogando o custo do sistema para cima.

A nova proposta prevê o enquadramento automático de quem consome mais de 500 kWh/mês. Como a maioria das residências usa em média 170 kWh mensais, a medida atinge principalmente comércios e casas mais intensivas em energia —cerca de 5,7 milhões, segundo cálculos da Aneel.

A chamada "tarifa hora certa" responde a uma demanda antiga do setor de modernizar o modelo tarifário brasileiro, dando um sinal de preço ao consumidor e incentivando-o a deslocar parte da demanda para períodos em que o custo de geração é menor.

Mas a proposta da agência também mira outro alvo: os efeitos negativos que a expansão desenfreada da geração solar em casas e comércios trouxe para o sistema elétrico.

O nome técnico dessa modalidade é MMGD (Micro e Minigeração Distribuída). Nela, o consumidor produz sua energia -geralmente por painéis solares- e vende o excedente para o sistema. Durante a noite, quando não há geração pela luz do sol, a rede o abastece, e os créditos da venda compensam esse consumo.

De 2018 para cá, a MMGD passou por uma expansão acelerada. Saltou de menos de 1 GW (gigawatt) de capacidade instalada para quase 55 GW hoje -quase 20% de toda a capacidade do sistema nacional. Segundo a Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica), os investimentos acumulados já somam R$ 242 bilhões.

Esse crescimento ocorreu em sua maioria devido aos subsídios tarifários. Quem tem painéis solares abate da conta de luz não só o custo da energia que substitui com a própria produção, mas também todos os outros componentes da tarifa que custeiam o uso das redes de transmissão e distribuição, encargos e tributos.

Com esses subsídios, o modelo explodiu e trouxe desafios para o sistema. Nos documentos que acompanham a proposta da tarifa hora certa, a Aneel cita algumas distorções. Uma delas tem a ver com o controle de riscos operacionais.

Segundo nota técnica, a diretoria da Aneel decidiu antecipar a discussão sobre a tarifa por faixa de horário diante das comunicações do ONS sobre os riscos operativos crescentes associados à expansão da MMGD.

A tarifa hora certa é uma reformulação da chamada "tarifa branca", que já existe no Brasil desde 2018 e também diferencia o preço da energia elétrica conforme o horário de consumo. Mas o formato fracassou: menos de 0,1% das unidades consumidoras optou por ele.

A tarifa hora certa divide os dias úteis em três períodos:

ponta, com preço maior que abrange três horas consecutivas (geralmente no início da noite);

intermediário, correspondente às horas anterior e posterior à ponta;

e fora de ponta, no restante do dia, com preços menores. A implementação seria progressiva e com um período de transição, começando em 2028 e terminando em 2031.

Os consumidores enquadrados automaticamente poderiam sair, mas não retornariam para a tarifa convencional comum. Eles passariam a ser cobrados numa modalidade específica, levemente mais cara.

Pela proposta, só dois tipos de cliente não teria a opção de sair da tarifa hora certa: as novas estações de recarga de veículos elétricos e os novos clientes de geração distribuída.

Três meses após a resolução entrar em vigor, todos os novos clientes de MMGD passariam a ser cobrados conforme o horário do dia. Para especialistas, essa obrigação deve frear a expansão do modelo e mexer com a lógica financeira por trás de quem investe nos painéis solares.

Hoje, a compensação na conta de luz é puramente volumétrica: 1 kWh extra injetado durante o dia abate 1 kWh consumido durante a noite. Pela proposta, essa razão seria mantida só no consumo diurno. No pico noturno, a conversão passa a ser menor (1 kWh da sobra do dia abateria cerca de 0,60 kWh da noite, por exemplo).

Barbara Rubim, presidente do conselho da Absolar, reconhece que trazer sinalização de preço para a baixa tensão é benéfico para otimizar a operação e equalizar custos no setor elétrico. No entanto, ela critica a obrigatoriedade para novos entrantes.

"Da maneira como a proposta está desenhada, a Aneel vai penalizar economicamente esse consumidor", afirma. "Para além do impacto econômico, o sentimento do consumidor —que hoje está simplesmente se valendo de uma política pública para gerar a própria energia— é de que a regra aplicável a ele está sempre suscetível a mudanças", acrescenta.

Para parte do setor elétrico, a adoção da tarifa horária tornaria as baterias um item quase obrigatório no modelo de negócios da MMGD. Por essa lógica, uma casa ou um comércio armazenaria o excedente produzido durante o dia para usar durante a noite (em vez de consumir da rede).

Rubim discorda e diz que a proposta da Aneel perdeu essa oportunidade ao não criar um diferencial tarifário maior entre os horários de ponta e fora de ponta. Sem essa amplitude, ela afirma, o consumidor não terá incentivo para investir em sistemas de armazenamento.

Hoje, o país lida com um paradoxo: há geração renovável em excesso, que tem custos cada vez mais baixos. No entanto, convive com cortes compulsórios (curtailment) e aumentos na conta de luz.

Natália Caldeira, diretora técnico-regulatória da Abeeólica (Associação Brasileira de Energia Eólica), diz que a tarifa horária ajuda a resolver o curtailment ao deslocar parte do consumo para o período em que há excesso de geração.

Ela destaca que ao atenuar os picos de consumo noturno, o sistema reduz a necessidade de construir novas linhas de transmissão, subestações e parques geradores. Hoje, a característica da demanda força o país a antecipar esses investimentos, que são socializados na conta de luz de todos.

Ricardo Brandão, diretor-executivo de Regulação da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), define a tarifação horária como fundamental e urgente.

Segundo ele, o sinal de preço orienta o uso da energia de forma mais racional, o que impacta os preços de liquidação das distribuidoras no mercado de curto prazo e pode trazer um efeito em cadeia positivo para o consumidor comum. (Folhapress)